

A Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM)

Origem Histórica

A União Interparlamentar (UIP) decidiu, no âmbito da sua área de atuação, impulsionar o debate sobre o tema da cooperação, diálogo, negociação e segurança no Mediterrâneo, promovendo a organização da I Conferência para a Segurança e Cooperação no Mediterrâneo em junho de 1992, em Málaga. Com base nas conclusões e recomendações desta primeira Conferência, a UIP estabeleceu mecanismos permanentes para desenvolver o diálogo e a cooperação entre países parceiros no Mediterrâneo. Desta forma, instituíram-se reuniões bianuais que passaram a decorrer durante as Assembleias plenárias da UIP.

Paralelamente a estas reuniões no âmbito das Assembleias da UIP, realizaram-se as Conferências para a Segurança e Cooperação no Mediterrâneo (CSCM):

- II CSCM – novembro de 1995, em La Valletta;
- III CSCM – abril de 2000, em Marselha;
- IV CSCM – fevereiro de 2005, em Nápoles.

De referir que a III CSCM foi precedida de três reuniões temáticas, uma das quais organizada por Portugal em Évora, em junho de 1998. O processo das Conferências ficou completo com a realização da IV CSCM, onde foi aprovada a criação de uma Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM) como o culminar do referido processo de diálogo e cooperação.

A 16 de dezembro de 2009, na 64ª Assembleia Geral das Nações Unidas, a APM recebeu o estatuto de observador permanente das Nações Unidas, pela Resolução [A/RES/64/124](#).

Constituição, composição e objetivos

A Sessão Inaugural da APM realizou-se em Amã, em setembro de 2006. A APM é composta por delegações de representantes dos Parlamentos dos seguintes países: Albânia, Andorra, Argélia, Bósnia-Herzegovina, Chipre, Croácia, Egito, Emirados Árabes Unidos (EAU), França, Grécia, Israel, Itália, Jordânia, Líbano, Líbia, Malta, Mauritânia, Mónaco, Montenegro, Marrocos, Macedónia do Norte, Palestina, Portugal, Qatar, Roménia, São Marino, Sérvia, Eslovénia, Síria, Tunísia e Turquia. A sua estrutura é composta pela Assembleia, pelo *Bureau*, pelas três Comissões Permanentes (Cooperação política e de segurança; Cooperação económica, social e ambiental; Diálogo entre civilizações e direitos humanos), Pelo

Fórum das Mulheres Parlamentares (FMPAPM) por comités *ad-hoc* ou grupos de trabalho especiais para tratar de um assunto específico, e pelo Secretariado¹.

Os principais instrumentos operacionais e de coordenação da APM incluem visitas ao terreno, missões de observação eleitoral, o painel económico sobre comércio e investimentos, a plataforma académica, o fórum de mulheres parlamentares e o centro de estudos internacionais. O principal objetivo da APM reside na construção de um espaço político que permita o desenvolvimento de trocas culturais, económicas, sociais e humanas, que reafirme e aprofunde a democracia e o estado de direito, o respeito pelos direitos humanos e que desenvolva, nas regiões do Mediterrâneo e do Golfo, um fórum de diálogo entre as diversas civilizações².

Para prosseguir os seus objetivos, a APM incentiva o apoio intergovernamental e institucional nestas regiões.

Membros da APM (em março de 2024)

- 31 Estados-membros: divididos pelos Grupos do Norte e do Sul.
 - Grupo Geopolítico do Norte: Albânia, Andorra, Bósnia-Herzegovina, Chipre, Croácia, Eslovénia, França, Grécia, Israel, Itália, Malta, Mónaco, Montenegro, Macedónia do Norte, Portugal, Roménia, São Marino, Sérvia e Turquia.
 - Grupo Geopolítico do Sul: Argélia, Egipto, EAU, Jordânia, Líbano, Líbia, Mauritânia, Mónaco, Marrocos, Palestina, Qatar, Síria e Tunísia.
- 2 Estados associados: Santa Sé e Ordem Soberana de Malta.
- 1 Estado candidato a membro: Federação Russa (suspensão)
- Estados parceiros: Arábia Saudita, Barém, Bulgária, Geórgia, Kuwait, Moldávia, Eslováquia, Suíça, Ucrânia, Reino Unido, Estados Unidos da América.

Adicionalmente, a APM assinou acordos de cooperação com as seguintes organizações regionais e internacionais:

- União Europeia (UE), Liga dos Estados Árabes e Organização para a Segurança e Cooperação Europeia (OSCE);
- Parlamento europeu, Assembleia Parlamentar da Commonwealth, Assembleia Parlamentar da OSCE (APOSCE PA), Assembleia Parlamentar Organização do Tratado do Atlântico Norte

¹ Por exemplo: a luta contra o terrorismo, promoção e construção da paz, resolução de conflitos, processo de paz no Médio Oriente, migração em massa, livre comércio e investimento, integração económica, alterações climáticas, energia, direitos humanos, diálogo das civilizações, questões de género, etc.).

² <https://www.pam.int/default.asp?>

- (APNATO), Assembleia Parlamentar do Mar Negro (PABSEC), Assembleia Parlamentar dos Estados da Turquia (TURKPA), Parlamento Pan-Africano;
- Parlamento árabe, UIP árabe, Assembleia Interparlamentar de Ortodoxia (IOA), Conferência Parlamentar do Mar Báltico, Assembleia Interparlamentar da Comunidade dos Estados Independentes (IPA CIS) e a Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo (AP-UpM).
 - Reguladores de Energia do Mediterrâneo (MEDREG), Associação de Economistas Euro-Mediterrânicos (EMEA), Câmara de Comércio de Salerno (INNEXTA), Fórum Internacional de Segurança e Proteção Marítima no Mediterrâneo (FISPMED), Grupo Interacadémico para o Desenvolvimento (GID), Centro Internacional para as Migrações, Federação Internacional do Corpo Consular e Associações (FICAC), Aliança das Civilizações das Nações Unidas, a Fundação Vittorio Occorsio, Instituto Internacional de Justiça Criminal e Direitos Humanos de Syracuse, Fundação de Assembleia dos Cidadãos Mediterrânicos (FACM), PLATFORMA, UNITE, Organização Global de Parlamentares contra a Corrupção (GOPAC);
 - Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (BERD), Banco Europeu de Investimento (BEI), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico(OCDE), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-AM), Agência das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), Agência das Nações Unidas de Contraterrorismo (UNOCT), Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Organização Islâmica para a Educação, Ciência e Cultura (ISESCO), BusinessMed, Comité de Contraterrorismo das Nações Unidas (CTED), Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), Organização Mundial de Saúde (OMS), Conselho da Europa Centro Norte-Sul, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

A Organização também coopera, entre outras, com as seguintes universidades: Universidade Euro-Mediterrânica (EMUNI), John Hopkins University SAIS Bologna Center, Bocconi University assim como as universidades de Bari, Beirute, Catânia, Cagliari, Fez, Florença, Ljubjana, Macerata, Malta, Federico II de Nápoles, Parthenope, Nice Sofia Antipolis, Pádua, Rabat, Salerno, Siena, Sorbonne, Turim e Valência.

Relacionamento com a Assembleia da República

Reconhecendo a importância estratégica do Mediterrâneo na política externa portuguesa e fortemente empenhada em desenvolver uma diplomacia parlamentar ativa nesta região, a Assembleia da

República foi membro fundador da APM, participando nos seus trabalhos desde a sua fundação. Neste quadro, assumiu o primeiro mandato da presidência da Comissão de Assuntos Políticos e Segurança (1ª Comissão).

A Delegação da Assembleia da República à APM é composta por oito Deputados (cinco membros efetivos e três suplentes), sendo presidida, na XV Legislatura, pela Deputada Joana Lima (PS).

Reuniões realizadas em Portugal

No âmbito das atividades da APM, o Parlamento português acolheu, em **junho de 2009, a 4ª Reunião das Comissões Permanentes**. Estiveram presentes cerca de 80 participantes, representando 20 países da Bacia do Mediterrâneo. Coube ao Presidente da Delegação portuguesa da época, Deputado José Junqueiro (PS), presidir aos trabalhos da Comissão para a Cooperação Política e Segurança. A reunião culminou com o lançamento, proposto por Portugal, de um **Painel sobre Comércio Externo e Investimento no Mediterrâneo**.

Em **maio de 2010**, concretizando a iniciativa lançada em 2009, a Assembleia da **República organizou o referido Painel**. Tratou-se de uma ocasião especial que agregou diferentes vertentes da mesma região (parlamentares, agências de comércio externo e investimentos, câmaras de comércio e empresários) com o intuito de promover a cooperação económica, social e ambiental entre os países da região do Mediterrâneo. Este Painel sobre Comércio Externo e Investimento no Mediterrâneo veio a constituir-se no I Encontro das Agências de Investimento e Comércio Externo do Mediterrâneo. Participaram representantes dos Parlamentos da Argélia, França, Grécia, Jordânia, Marrocos, Sérvia e Turquia. Ao nível das agências de investimento e comércio externo estiveram representados os seguintes países: Albânia, Argélia, Croácia, Egito, Espanha, França, Grécia, Itália, Malta, Palestina e Turquia.

Em **fevereiro de 2017**, a Assembleia da República acolheu, na cidade do Porto, a **11ª Sessão Plenária da APM**. Nesta sessão foi eleito o Presidente da APM para o biénio 2017-2019, Deputado Pedro Roque (PSD), e os membros do Bureau e debatidas e aprovadas propostas de resolução sobre questões prioritárias para a região do Mediterrâneo.

Em **novembro de 2018**, a Assembleia da República acolheu a **35ª Reunião do Bureau**. Nesta reunião participaram os Presidentes e os Vice-Presidentes da organização, representando os parlamentos de Israel, Jordânia, Marrocos, Palestina, Portugal e Sérvia e o Secretário-geral da APM. Malta participou enquanto membro suplente e, na primeira sessão da reunião, participou, ainda, a Assembleia Interparlamentar de Ortodoxia (AIO), tendo em vista o estabelecimento de uma cooperação estruturada com a AIO.

Na XV Legislatura, teve lugar nos dias **4 e 5 de julho de 2022**, na Assembleia da República, a **Sessão Inaugural do FMPAPM**, onde foram discutidos e aprovados os termos de referência e nomeada a Presidência fundadora. Esta Presidência, composta pela Presidente, Deputada Joana Lima (PS), pelo Grupo Geopolítico do Norte e as Deputadas Maryam Bin Theneya (EUA) e Fatma Zohra Abdi (Argélia), pelo Grupo Geopolítico do Sul, com mandato entre 2022 e 2024 e com a competência de representar o FMPAPM e determinar os temas e atividades a serem desenvolvidas.

Cargos de relevo na APM ocupados por Deputados portugueses

- Deputada Joana Lima (PS) – Presidente Fundadora do FMPAPM entre 2022 – 2024;
- Deputado Pedro Roque (PSD) – Presidente da APM entre 2017 – 2019 e Presidente Emérito desde 2019; Vice-Presidente desde 2021; Presidente da Comissão para o Diálogo entre Civilizações e Direitos Humanos (3ª Comissão) entre 2023-2025, Presidente da Comissão de Cooperação Económica, Social e Ambiental (2ª Comissão) entre 2020-2021; Presidente da Comissão de Assuntos Políticos e Segurança (1ª Comissão) entre 2019 - 2020; Presidente da Comissão de Cooperação Económica, Social e Ambiental (2ª Comissão) entre 2015 - 2017;
- Deputada Gabriela Canavilhas (PS) – Relatora da Comissão para o Diálogo entre Civilizações e Direitos Humanos (3ª Comissão) entre 2016 – 2018;
- Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) – Relatora da Comissão de Assuntos Políticos e Segurança (1ª Comissão) entre 2016 – 2017;
- Deputada Maria da Conceição Pereira (PSD) - Presidente da Comissão para o Diálogo entre Civilizações e Direitos Humanos (3ª Comissão) e Vice-Presidente da APM entre 2012-2014; Relatora do Grupo Especial de Trabalho sobre o Diálogo entre Culturas e Religiões (3ª Comissão) entre 2010 – 2011; Relatora do Grupo Especial de Trabalho (3ª Comissão) sobre Género e Questões de Paridade entre 2010-2012;
- Deputado Renato Sampaio (PS) – Relator da Comissão de Cooperação Económica, Social e Ambiental (2ª Comissão) entre 2013-2014;
- Deputado Mota Andrade (PS) – Vice-Presidente da APM entre 2009-2010;
- Deputado José Junqueiro (PS) – Vice-Presidente da APM entre 2008-2009;
- Deputada Sónia Sanfona (PS) – Relatora do Grupo Especial de Trabalho (3ª Comissão) sobre Diálogo de Culturas e Religiões entre 2008-2009.

A Presidência portuguesa da APM 2017-2019

Durante a XIII Legislatura, entre fevereiro de 2017 e fevereiro de 2019, o Deputado Pedro Roque (PSD), Vice-Presidente da Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM), assumiu a Presidência desta organização, tornando-se o 9.º Presidente.

Sob sua liderança, a APM concentrou-se em fortalecer seu papel internacional, estreitando relações com organizações parceiras e ampliando sua estratégia de diálogo interparlamentar construtivo. O objetivo era promover a paz, segurança, prosperidade e dignidade na região mediterrânea.

No âmbito do diálogo interparlamentar, a APM desempenhou um papel fundamental no processo de paz entre Israel e Palestina, construindo confiança em momentos de crescentes tensões intergovernamentais.

No que diz respeito às parcerias, a APM reforçou sua relação com as Nações Unidas, especialmente em questões como combate ao terrorismo, resolução de conflitos, direitos humanos e migração em massa. Destacou-se a cooperação com agências da ONU e participação em conferências internacionais relevantes.

Na área de promoção do comércio, investimento e integração econômica no Mediterrâneo, a APM cooperou com a Organização Mundial do Comércio (OMC) e estabeleceu uma nova parceria estratégica com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

Foram assinados novos acordos de cooperação com diversas organizações, ampliando a rede de diálogo parlamentar para regiões estratégicas como o Golfo. Protocolos foram estabelecidos com universidades, fortalecendo a Plataforma Académica da APM.

Destacou-se também a adesão da Roménia e de San Marino como membros de pleno direito da APM, com esforços em andamento para reintegrar a Eslovénia.

O mandato do Deputado Pedro Roque enquanto Presidente da APM caracterizou-se pelo constante empenho em promover um espaço comum onde atores regionais podem cooperar com base em valores e interesses comuns. O reconhecimento desse esforço veio tanto dos membros da APM quanto das organizações parceiras. Sob sua presidência, a APM consolidou seu papel como plataforma privilegiada para o diálogo interparlamentar e cooperação no espaço Euro-Mediterrânico e nas regiões do Golfo.

Línguas de Trabalho

Na APM as línguas de trabalho são o inglês, francês e árabe.



Direção de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo | Divisão de Relações Internacionais e Cooperação

Histórico dos Presidentes e Vice-Presidentes da Delegação Permanente da Assembleia da República

- Deputada Joana Lima (PS) – Presidente – XV Legislatura
- Deputado Pedro Roque (PSD) – Vice-Presidente – XV Legislatura
- Deputada Joana Lima (PS) – Presidente – XIV Legislatura
- Deputado Pedro Roque (PSD) – Vice-Presidente – XIV Legislatura
- Deputado Renato Sampaio (PS) – Presidente – XIII Legislatura
- Deputado Pedro Roque (PSD) – Vice-Presidente – XIII Legislatura
- Deputado Carlos Costa Neves (PSD) – Vice-Presidente – XIII Legislatura
- Deputada Maria da Conceição Pereira (PSD) – Presidente - XII Legislatura
- Deputado Fernando Serrasqueiro (PS) – Vice-Presidente – XII Legislatura
- Deputado José Mota Andrade (PS) – Presidente – XI Legislatura
- Deputado António Montalvão Machado (PSD) – Vice-Presidente – XI Legislatura
- Deputado José Junqueiro (PS) – Presidente – X Legislatura
- Deputado Paulo Rangel (PSD) – Vice-Presidente – X Legislatura

Março de 2024